

Superávit de R\$ 5,8 bi bate recorde de maio

É o melhor resultado para o mês desde 1991 e supera com folga a meta acertada com FMI

BRASÍLIA – A União, os Estados, os municípios e suas respectivas empresas estatais economizaram, nos cinco primeiros meses deste ano, R\$ 5,668 bilhões além da meta definida no acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI) para o primeiro semestre de 2004. Em maio, os três níveis de governo e as estatais fizeram um superávit primário, ou seja, receitas menos despesas sem contar os gastos com juros, de R\$ 5,839 bilhões. Esse foi o melhor resultado das contas públicas para os meses de maio desde o início da série histórica do Banco Central em 1991.

O aperto fiscal do mês passado, no entanto, significou menos da metade da economia recorde de abril, de R\$ 11,901 bilhões. Apesar do bom desempenho das contas em maio, as empresas estatais quebraram a sequência de dois meses de superávits e apresentaram um déficit de R\$ 735 milhões.

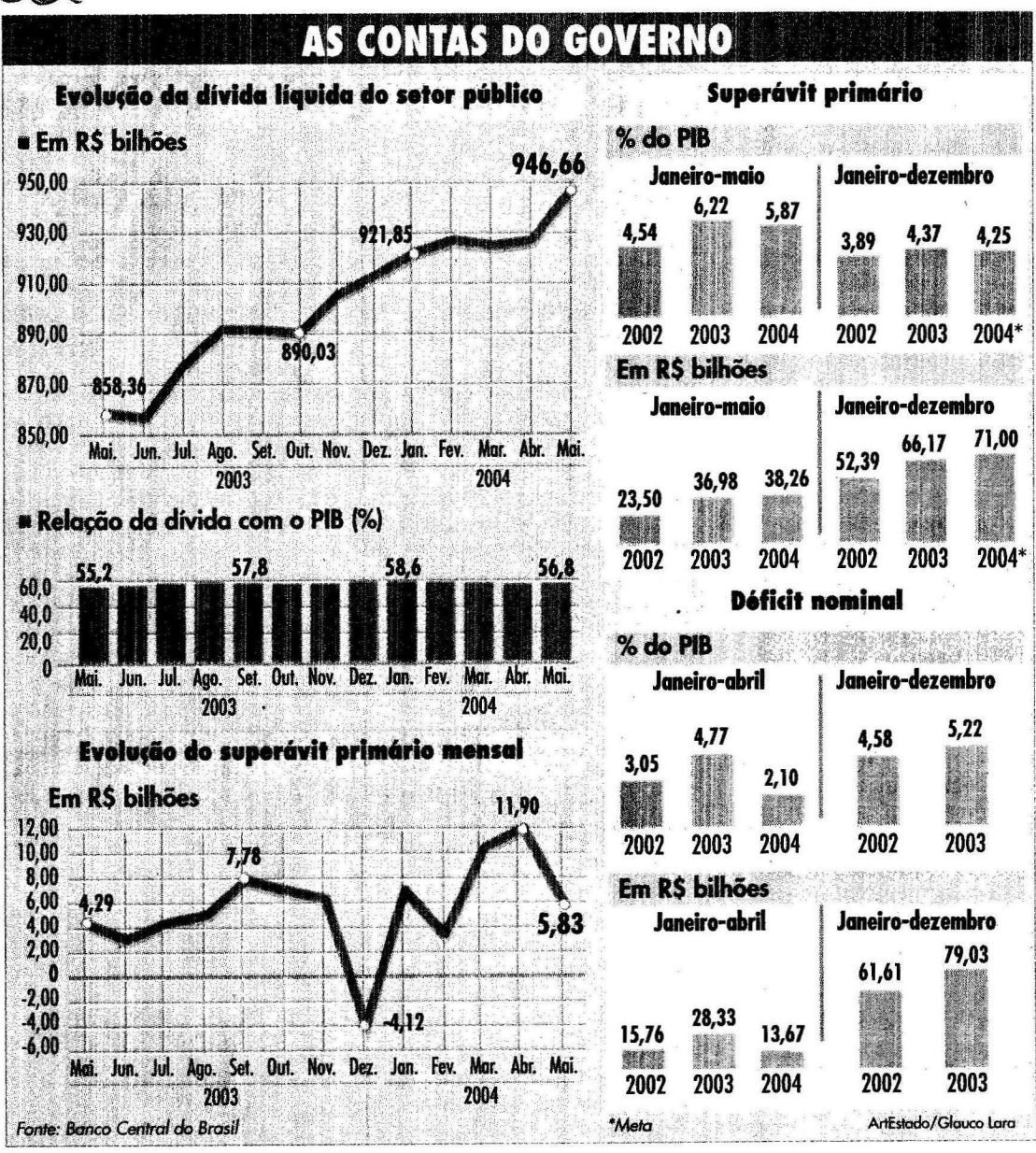
De janeiro a maio, o superávit primário do setor público

somou R\$ 38,268 bilhões, ou 5,87% do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro, superando com folga a meta acertada com o FMI de economizar até junho R\$ 32,6 bilhões. No mesmo período do ano passado, o saldo positivo nas contas era de R\$ 36,980 bilhões. “Parece uma folga elevada, mas não é, porque tradicionalmente o segundo semestre tem aumento de gastos públicos”, disse o chefe do Departamento Econômico do BC, Altamir Lopes.

Para setembro, a meta de superávit primário com o FMI é de R\$ 56,9 bilhões e, para dezembro, de R\$ 71,5 bilhões. Segundo Lopes, o setor público alcançará a meta do ano fazendo, até lá, uma economia média mensal de R\$ 4,7 bilhões. Em 12 meses, o superávit acumulado até maio nesse ano é de R\$ 67,461 bilhões, ou 4,29% do PIB, quando a meta com o FMI é alcançar um superávit de 4,25% no fim do ano.

PIB, quando a meta com o FMI é alcançar um superávit de 4,25% no fim do ano.

Juros – Embora o superávit primário de maio tenha sido alto – em maio do ano passado a economia foi de R\$ 4,297 bilhões –, ele não foi suficiente para cobrir as despesas com juros da dívida pública, que atingiram R\$ 10,682 bilhões no mês. Feito esse pagamento, as contas do setor público passa-



ram a um déficit de R\$ 4,844 bilhões, o que também interrompeu uma sequência posi-

va de dois meses. No acumulado dos cinco primeiros meses do ano, porém,

os juros totalizaram R\$ 51,942 bilhões, um valor bem abaixo dos R\$ 65,312 bilhões de juros

acumulados no mesmo período do ano passado. Altamir Lopes explicou que essa queda é reflexo da redução da taxa básica de juros (Selic), fixada mensalmente pelo BC, que remunera mais da metade dos títulos públicos do governo federal. “A trajetória da Selic tem sido bastante favorável”, disse Lopes, destacando que a taxa caiu de um nível de 26,5% ao ano em meados de 2003 para os atuais 16% ao ano.

Sazonal – A distribuição de R\$ 2,3 bilhões em dividendos aos acionistas levou as empresas estatais a passarem de um superávit de R\$ 2,495 bilhões em abril para um déficit de R\$ 735 milhões em maio. As estatais federais apresentaram a maior queda, já que em abril estavam superavitárias em R\$ 2,484 bilhões e em maio ficaram deficitárias em R\$ 690 milhões.

Somente o Tesouro Nacional, maior acionista da Petrobrás, por exemplo, recebeu R\$ 800 milhões. O restante dos dividendos foi distribuído aos demais acionistas das estatais.

Esse movimento foi classificado como sazonal pelo técnico do BC, pois no mesmo mês do ano passado as empresas também foram deficitárias em R\$ 874 milhões. No entanto, avaliando os cinco primeiros meses deste ano, elas acumulam um déficit de R\$ 466 milhões, ante um superávit de R\$ 640 milhões no mesmo período de 2003.

Dívida pública em relação ao PIB tem alta

ISABEL SOBRAL

BRASÍLIA – As turbulências do mercado financeiro em maio, que levaram à alta do dólar frente ao real, fizeram a dívida líquida do setor público aumentar em R\$ 20,271 bilhões no mês, passando de R\$ 926,398 bilhões para R\$ 946,669 bilhões. Com isso, o endividamento público em relação ao Produto Interno Bruto (PIB) elevou-se de 56,5% para 56,8%, o que interrompeu uma queda que ocorria desde dezembro. Para junho, no entanto, a expectativa do chefe do Departamento Econômico do Banco Central, Altamir Lopes, é de que haja uma leve queda nesse indicador, com a dívida voltando ao nível de 56,6% do PIB. “Essa projeção é feita com o dólar de mercado do momento, que está em R\$ 3,10”, informou.

Cerca de 70% desse crescimento foi provocado pela valorização de 6,26% do dólar no mês passado, cuja cotação de R\$ 3,12, no último dia útil de maio, foi usada para corrigir os títulos públicos indexados à moeda americana e à dívida externa do País. Os 30% restantes da elevação do endividamento deveram-se ao fato de a economia de R\$ 5,839 bilhões da União, Estados, municípios e estatais ter sido insuficiente para cobrir toda a conta de juros do mês (R\$ 10,682 bilhões).

Como há uma parcela importante da dívida pública atrelada à variação cambial, se ocorrerem flutuações fortes das cotações do dólar ao final de cada mês, elas afetarão o volume da dívida. A relação do endividamento de um País com seu PIB é um indicador importante nas análises de economistas e investidores nacionais e estrangeiros na hora de avaliarem o desempenho de uma economia.

Além disso, no caso do Brasil, apesar de não ser uma meta que prejudique a liberação de recursos do Fundo Monetário Internacional, essa relação é avaliada periodicamente por esse organismo de crédito.